



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

WHADJA NASCIMENTO OLIVEIRA

**REPRESENTAÇÃO FEMININA NO ROMANCE: LEONOR TELES OU O
CANTO DA SALAMANDRA**

MONTEIRO – PB
2016

WHADJA NASCIMENTO OLIVEIRA

REPRESENTAÇÃO FEMININA NO ROMANCE: *LEONOR TELES OU O CANTO DA SALAMANDRA*

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa, sob orientação da Profa. Dra. Aldinida Medeiros Souza.

**MONTEIRO – PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48r Oliveira, Whadja Nascimento.
Representação feminina no romance [manuscrito] : Leonor Teles ou o canto da Salamandra / Whadja Nascimento Oliveira . - 2016.
48 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em LETRAS PORTUGUÊS) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Aldinida de Medeiros Souza, Departamento de Letras".

1. Romance histórico. 2. Mulheres medievais. 3. Mulher na política. 4. Leonor Teles. I. Título.

21. ed. CDD P869

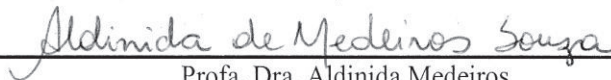
WHADJA NASCIMENTO OLIVEIRA

**REPRESENTAÇÃO FEMININA NO ROMANCE: LEONOR TELES OU O
CANTO DA SALAMANDRA**

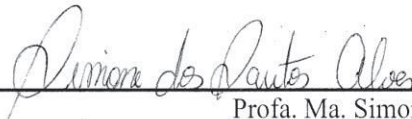
Monografia apresentada, à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ao curso de Letras – Língua Portuguesa, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Letras.

Aprovada em 30/11/2016


BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Aldinida Medeiros
Orientadora - UEPB



Profa. Ma. Simone dos Santos Alves
Examinadora - UEPB



Profa. Esp. Ana Fátia da Silva Oliveira
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico as muitas pessoas que fazem parte da nossa existência e que, por motivos que fogem ao nosso entendimento, deixam-nos da maneira mais ingrata que existe. É assim que aprendemos o que é ter saudade. Mas dessas pessoas ficam, em nós, marcas muito fortes deixadas pelos ensinamentos que elas nos proporcionaram durante suas trajetórias aqui na terra. E é por sentir em mim um pedaço dessas pessoas, que dedico mais uma conquista a esses que fizeram parte de minha história, pois hoje sou o que sou porque vocês contribuíram muito com meu crescimento pessoal, acadêmico, profissional e espiritual. A vocês meus amados (*in memoriam*), Vovô Manuel, Vovó Nina, Vô Birino, Tio Xavier, Painho e D. Marieta dedico esta conquista. Muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus todas as vitórias concedidas durante toda minha trajetória de vida, pois minha força vem dele que me guia a fazer uma caminhada firme, rompendo as barreiras que surgem diante de mim, fazendo de cada queda um novo recomeço.

A minha orientadora, Dr^a Aldinida Medeiros, cuja participação foi de grande relevância na construção deste trabalho acadêmico, dando-me o suporte necessário e norteando meus passos iniciais no gosto pela literatura.

Em especial, ao meu esposo Ronnie Wesley, pelo carinho e atenção dispensados a mim em todas as escolhas que faço para minha vida. Entre tantos filhos de Deus sou uma privilegiada, pois Ele me concedeu a benção de ter você em minha vida.

A minha amada filha, Ísis Lorena, pedacinho de gente que dá sentido ao meu viver, agradeço a Deus a dádiva de ser sua mãe.

Minha mãe, Leonor Bezerra, agradeço pela paciência e compreensão diante de tantas ausências e falta de assistência mesmo sabendo de suas necessidades.

A minha sogra, Lourdes, que em momento algum deixou de me dar apoio, fazendo-se presente diante da minha ausência para com minha filha, dando-lhe a assistência necessária.

Aos meus irmãos, Moisés e Whenny, pessoas de valor inestimável, que trago pelo resto de minha vida em meu coração.

Luciana, Tonha e Sônia Antão, pessoas de valor inestimável que sempre estão ao meu lado apoiando minhas escolhas e me dando forças pra levantar diante das dificuldades. Vocês são um presente de Deus em minha vida. Amo vocês!

Minhas tias, Dadá e Dália, que tanto amo e quero bem, com as quais dividi tantos momentos felizes.

Vó Têca, que sempre apoiou as minhas escolhas, a você todo meu respeito e gratidão.

A Bele, Cacá e Kika, minhas primas, irmãs que sempre torceram por mim em todos os momentos de minha caminhada.

As minhas princesas e componentes, junto à Ísis, da nova geração da família B, Camilly, Gaby e Maria Alice. Amo esta turminha.

Aos meus amigos de trabalho Claudete, Silvana, Lili, Paiva, Soninha, Jarbas, Sr. Louro, Adson e Renan, pelo apoio e carinho.

E, por fim, à família que construí nesse período de Universidade. Difícil, amigos, é transmitir com palavras o carinho e estima que sinto por todos vocês. Para sempre, vocês estarão em meus pensamentos me trazendo boas recordações. Fábria, Airla, Valdéria, Tom,

Caio, Sônia e, em especial, minha grande amiga-irmã Vânia, a quem devo muito o fato de ter chegado até aqui. Amo Vocês!!!

“Dizer obrigada, às vezes, não é o suficiente basta um olhar, um gesto e o mais fala por si só”. (autor desconhecido)

Afinal a Salamandra não resistira ao fogo e fora destruída pelas chamas azuis do *atanor* do destino. A alquimia era mentira ou, por isso mesmo, a última verdade para os comuns mortais. A profecia estava acabada. Outro senhor iria tomar nas suas mãos Portugal. Adormeci de cansaço, na solidão total daquele que Deus desamparou.

Seomara da Veiga Ferreira

RESUMO

Este estudo objetiva analisar a protagonista Leonor Teles no romance histórico contemporâneo *Leonor Teles ou o canto da salamandra* (1999), da escritora Seomara da Veiga Ferreira. A partir do relato de Fernão Lopes na *Crônica de D. Fernando* (2004), será feita uma comparação do perfil histórico e literário desta mulher que conseguiu estrategicamente se tornar Rainha consorte de Portugal no século XIV. Interessa-nos evidenciar também, a marcante participação política de Leonor Teles nas questões do reinado de D. Fernando, bem como sua intervenção em alguns fatos sociais e econômicos, na História portuguesa. Por ser mulher, ao tomar tais atitudes, em meio à cultura da Idade Média, sua fama se encaminhou para uma imagem negativa, Leonor ficou conhecida como a Rainha “aleivosa”. Nosso trabalho, estritamente, de cunho bibliográfico, tem como aporte teórico alguns ensaios sobre a Idade Média, *Idade média: Idade dos Homens* de Georges Duby (2011) e *História das Mulheres no Ocidente* de Michelle Perrot e Georges Duby (1990). No que diz respeito ao subgênero romance histórico contemporâneo, nos norteamos pelos ensaios *O Romance Histórico em Portugal* de Maria de Fátima Marinho (1999) e *O romance histórico brasileiro contemporâneo* de Antônio R. Esteves (2010). Concernente ao discurso histórico, temos como base a discussão de Maria Ema Tarracha Ferreira (2000), além das crônicas já mencionadas de Lopes (2004).

Palavras-chave: Romance histórico. Representação feminina. Leonor Teles.

ABSTRACT

This study aims to analyze the protagonist Leonor Teles of the contemporary historical novel *Leonor Teles or o canto da salamandra* (1999) by the writer Seomara da Veiga Ferreira. From the report of Fernão Lopes in the *Chronicle of D. Fernando* (2004) it will be made a comparison between the historical and literary profile of this woman that strategically became Queen and consort of Portugal in the XIV century. It is also interesting to highlight the outstanding political participation of Leonor Teles in the matters of D. Fernando's reign, as well as her intervention in some social and economic aspects of Portuguese history. For taking such actions as a woman, within the Middle Age's Culture, her fame moved into a negative image, Leonor became known as a "treacherous" Queen. Our work, strictly of bibliographical character, has as theoretical contribution some essays on a Middle Age by Georges Duby (2011) and of Michelle Perrot and Georges Duby (1990). As far as the subgenre historical novel contemporary is concerned, we are based on Maria de Fátima Marinho (1999) and the contemporary brazilian historical novel by Antônio R. Esteves (2010). Concerning to the historical discourse, we have the discussion of Maria Ema Tarracha Ferreira (2000) as basis, in addition to Lopes' chronicles (2004), previously mentioned.

Key words: Historical novel. Female representation. Leonor Teles.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	13
O ESTEREÓTIPO FEMININO À SOMBRA DA IDADE DOS HOMENS	13
2.1 Algumas notas sobre Fernão Lopes como “pai” da historiografia portuguesa.	14
2.2 A visão de Fernão Lopes sobre Leonor Teles de Meneses.	15
2.3 O papel da mulher na sociedade medieval	20
2.4 A participação da mulher no cenário político do medievo.....	24
CAPÍTULO II.....	28
A REPRESENTAÇÃO FEMININA DE LEONOR TELES: LITERATURA E HISTÓRIA	28
3.1 Romance histórico contemporâneo: breves explicações sobre o tema.....	29
3.2 Leonor Teles: personagem versus figura histórica	35
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da análise da personagem Leonor Teles no romance histórico contemporâneo *Leonor Teles ou o Canto da Salamandra* (1999), de autoria da escritora portuguesa Seomara da Veiga Ferreira, que apresenta uma abordagem mais humanizada da Rainha portuguesa Leonor Teles, em contraposição à figura a mulher de má conduta projetada historicamente por Fernão Lopes. Para tanto, faremos uma leitura analítica sobre a personagem mencionada, considerando que há uma relação entre a ficção e a historiografia, conforme os postulados sobre metaficção historiográfica – tal como conceitua Linda Hutcheon (1999). Isto, porque, conforme nos aponta Esteves (2010): “as duas perspectivas se cruzam numa construção híbrida” (ESTEVES, 2010, p.30). Com isso, temos a oportunidade de rever na narrativa histórica os fatos em torno da vida desta figura feminina, a partir de uma perspectiva que nos leva a refletir sobre a condição da mulher no período medieval, tendo em consideração o que observamos desta época nos ensaios de Perrot e Duby (1990) e a constatação de como era injusta e desigual esta condição, tanto nos planos social e político, como no econômico.

Desse modo, construímos nosso trabalho com o objetivo de estabelecer uma relação entre o romance histórico, enquanto releitura da História, e a *Crônica de D. Fernando* (2004), da autoria de Fernão Lopes, com o propósito de demonstrar que a personagem romanesca Leonor Teles difere-se da figura histórica. Dessa forma, considerando que o romance histórico parte de fatos e figuras reais para a construção de uma história fictícia, daremos relevância ao modo como a autora cria a personagem dentro do contexto sociocultural da época.

Seomara da Veiga Ferreira, nascida em Lisboa, no ano de 1942, formou-se em Ciências Históricas e escreveu além de *Leonor Teles ou o canto da salamandra*, as obras: *Crônica esquecida d’El Rei D. João II*, *Antônio Vieira – o Fogo e a Rosa*, *Inês de Castro ou a Estalagem dos assombros* e *Memórias de Agripina* nos quais a voz feminina é quem narra todos os acontecimentos como forma de levar o leitor a reabilitar suas personagens. Portanto ao dar relevância ao universo feminino Seomara da Veiga Ferreira imprime a partir da protagonista, uma focalização única dos acontecimentos de uma época. Assim, na obra analisada a personagem é reconstruída de forma mais humanizada. Diante deste fato, a personagem é caracterizada como uma mulher visionária e ambiciosa demais para sua época, desta forma, podemos responder aos seguintes questionamentos: que relação podemos

observar entre ficção e realidade ao contrapormos o perfil da personagem no romance com a figura histórica Leonor Teles, apresentada por Fernão Lopes?

De acordo com nossa leitura, o discurso que o cronista quer evidenciar leva-nos a conhecer uma péssima conduta de Leonor, enquanto no romance de Seomara da Veiga Ferreira (1999), percebemos as manobras utilizadas pela personagem Leonor Teles para colocar-se frente ao poder político em Portugal, enquanto mulher em uma época estritamente patriarcal.

Diante do exposto, buscaremos observar como os fatos reais são transformados, reinventados e aproveitados pela ficção romanesca, considerando que através do romance histórico contemporâneo, objeto de nosso estudo, poderemos ver uma outra versão da mulher que Leonor Teles foi. Os fatos históricos, deste modo, a partir deste subgênero, são vistos sob diferentes vertentes. Pois conforme nos aponta Esteves (2010), “o romance histórico apresenta vozes que trazem pontos de vista que se cruzam dialogicamente na construção deste subgênero híbrido” (Esteves, 2010, p.30). Portanto, os autores dos romances históricos contemporâneos não se sentem obrigados a sujeitarem-se a uma reflexão baseada em um pacto de veracidade trazida pela História.

Ademais, este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica. Para tanto utilizaremos, como aportes teóricos; *O Romance Histórico em Portugal*(1999), de Maria de Fátima Marinho, que traz uma abordagem sobre romance histórico tradicional e contemporâneo, *O Romance Histórico Brasileiro Contemporâneo* (2010), de Antônio R. Esteves, que traz informações sobre a origem do romance histórico e a trajetória do romance histórico brasileiro; *Idade Média: idade dos Homens* (2011), de Georges Duby, texto no qual é realizada uma abordagem sobre a estrutura social de uma época que projetava a figura do homem como o detentor de todo o poder; bem como *História das Mulheres no Ocidente* (1990), de Georges Duby e Michelle Perrot que discute o papel da mulher em meio a uma sociedade cuja cultura dominante projetava a figura feminina a exercer um papel secundário nas relações sociais. Outras referências consultadas foram: *As crônicas de Fernão Lopes* (2000), de Maria Ema Tarracha Ferreira, que discute a visão de Lopes não somente sobre Leonor Teles mas sobre muitas figuras que viveram neste período histórico e *Crônica de D.Fernando* (2004), escrita por Fernão Lopes cronista que consagrou a fama da rainha para a História como “aleivosa”, ou seja, uma mulher traidora, infiel.

Face a isto, nosso trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: o Capítulo I, com algumas notas referentes a Fernão Lopes, o cronista da Dinastia de Avis, e a forma como tal cronista projetou a figura de Leonor Teles na História. Ainda neste capítulo, buscamos

trazer informações referentes à organização da sociedade medieval, com destaque para o lugar que a mulher desse período ocupava na sociedade, situando a protagonista no contexto do reinado de seu marido, o Rei D. Fernando. Abordagem esta que consideramos importante para nos auxiliar na observação de todo o contexto histórico no qual Leonor Teles encontrava-se inserida, fato que nos proporciona compreender a construção da personagem na obra em questão e todo desfecho de sua trajetória política. No Capítulo II, apresentamos em que condições surgiu o romance histórico e como esse gênero reconstrói a História dentro de um universo fictício. Com isso, evidenciamos que a releitura de tempos pretéritos nos leva a avaliar de forma reflexiva a verdade histórica considerada absoluta e improvável de questionamentos. O capítulo traz ainda, a discussão mais direta sobre o texto literário, no qual mostramos a representação da personagem construída por Seomara da Veiga Ferreira que nos possibilita observá-la sob um olhar mais crítico ao traçarmos uma relação entre ficção e a realidade, que é a essência do romance histórico. Além disso, explicamos também a relação com o mito da salamandra, o réptil que sobrevive ao fogo, ao representar a própria personagem que teve uma posição de destaque em meio ao contexto em que viveu. Para tanto buscamos contrapor a caracterização da personagem com o que nos foi apresentado pela historiografia.

Com isso, a autora traz à narrativa a personagem que em tom de confissão, conta toda a trajetória de sua vida. Leonor teve um casamento arranjado com João Lourenço da Cunha, com o qual teve um filho, mas não era feliz. Ao conhecer o Rei de Portugal, D. Fernando, homem rico, bonito e poderoso, logo abandonou seu marido e filho. Casou com o Rei após anulação do 1º casamento, mas, o povo português não aceitou esta união. Engravidou dessa união algumas vezes mas só a princesa Beatriz sobreviveu. A princesa casa com o Rei de Castela para selar paz entre os reinos. Maria Teles, irmã de Leonor, é morta pelo próprio marido sob influência da rainha. Corre no reino rumores de que a rainha teria como amante o conde de Andeiro, fato que agrava mais ainda a reputação dela. Dom Fernando morre e Leonor torna-se regente. Mas os irmãos do Rei, os filhos de Inês de Castro, e o mestre de Avis e também o Rei de Castela disputam o trono que fica para o mestre de Avis.

Diante deste cenário, Seomara da Veiga Ferreira, caracteriza a personagem sob as influências da contemporaneidade, e nos leva a realizar questionamentos com relação a como historicamente é conhecida a figura de Leonor Teles devido a *Crônica do Rei D. Fernando (2004)*, apresentada por Fernão Lopes. Portanto a autora nos leva a observar a personagem a partir de uma ótica mais crítica sobre os fatos descritos na crônica lopesiana.

CAPÍTULO I

O ESTEREÓTIPO FEMININO À SOMBRA DA IDADE DOS HOMENS

2.1 Algumas notas sobre Fernão Lopes como “pai” da historiografia portuguesa.

A respeito da biografia de Fernão Lopes, temos como informação apenas o que alguns documentos trazem sobre as funções que lhe foram atribuídas. Nada se sabe sobre dados que o identifiquem além do que foi encontrado em certidões assinadas pelo próprio cronista. Na verdade, segundo o que Maria Ema Tarracha Ferreira (2000), nos mostra em seu texto, as certidões nos apontam apenas funções exercidas por Fernão Lopes a serviço do Rei D. Duarte e da corte portuguesa, por volta de 1414. Neste sentido,

Com efeito, os documentos de que dispomos pouco ou quase nada nos dizem sobre o homem; unicamente nos testemunham as funções exercidas pelo burocrata ao serviço do Rei e da Corte.[...] Numa certidão de 12 de dezembro do mesmo ano, intitula-se escrivão dos livros (secretário, como se diria actualmente) de D. Duarte, pois, desde 1414, o infante fora associado ao governo do reino; mas, segundo um documento de Março de 1419, Fernão Lopes exercia o mesmo cargo ao serviço de D. João I. (FERREIRA, 2000, p. 09).

Além das funções descritas na citação acima, Fernão Lopes também intitula-se como pessoa de confiança de D. Fernando ao exercer o cargo de escrivão da puridade em 1422, uma espécie de secretário particular do Rei. Ao cronista também foi conferida a função de tabelião geral, tanto em 1428 por D. João I quanto em 1437 por D. Fernando, pois tal cargo estava diretamente ligado ao guarda-mor da Torre do Tombo. Portanto, cabia ao conservador dos documentos do reino, passar certidões e autenticar cópias. Conforme certidão datada de 1451, confirma-se que o cronista permaneceu nesta função até que D. Afonso V o substituiu, por se encontrar muito velho para continuar a exercer o ofício. Fernão Lopes foi um burocrata da Corte que teve sua existência além dos registros das chancelarias ao fazer ressurgir acontecimentos marcantes da sociedade portuguesa. Assim,

abolindo o tempo, ainda hoje dialoga conosco, embora tenha coexistido com o guarda-mor das escrituras e beneficiado da sua prática de investigador, excedeu-o, porém, no dom de fazer ressurgir o passado, recriando genialmente aos nossos olhos uma época em que se movimentam personagens e que se sucedem acontecimentos que modificaram profundamente a sociedade portuguesa. (FERREIRA, 2000, p. 11).

Conforme Maria Ema Tarracha Ferreira (2000), acredita-se que Fernão Lopes iniciara suas crônicas desde que fora nomeado guardador dos documentos do reino. Portanto desde que passou a cuidar do arquivo Real ele já passara a exercer, também, a função de cronista, oficializado no ano de 1434, por D. Duarte. Isto porque, a Crônica Geral do Reino, que

deveria contar as estórias dos Reis portugueses; só poderia ser feita pela pessoa que tivesse conhecimento e soubesse aproveitar bem a documentação do arquivo do reino.

Portanto, em 1434, ao criar o cargo de cronista- mor do reino, D. Duarte limitava-se a oficializar uma função já exercida por Fernão Lopes desde que entrara para o Arquivo Real. Assim, as duas atividades de Fernão Lopes – guarda das escrituras e cronista- mor do reino completavam-se, na medida em que, segundo o conceito de História defendido por D. Duarte, a realização da Crônica Geral do Reino dependia diretamente do conhecimento e aproveitamento da documentação existente. (FERREIRA, 2000, p. 12).

De acordo com Ferreira (2000), em 1439, D. Afonso V deu benefícios a Fernão Lopes para durante toda sua vida, mostrando, com isso, admiração pela obra do cronista ou como recompensa pelo fim de sua carreira. No ano seguinte Gomes Eanes de Zuzara, aquele que viria a ser seu sucessor, assina a Terceira Parte da Crônica de D. João I e faz referências ao primeiro cronista português afirmando ser ele “uma notável pessoa que chamavam Fernão Lopes, homem de comunal ciência e grande autoridade” (FERREIRA, 2000, p. 12).

Através da discussão de Ferreira (2000) percebemos a notória personalidade que Fernão Lopes foi e continua sendo para o povo português: “àquele que pelo escrúpulo crítico que examinava os documentos foi considerado “pai da História Portuguesa” (FERREIRA, 2000, p. 13) . Todavia, fora considerado como o representante de uma cultura arcaica devido ao método ultrapassado que obedecia. Ferreira (2000) sobre isto, no livro *Crônicas de Fernão Lopes*, nos diz que: “aparecia então apenas como o representante de uma cultura de cunho medieval, considerada já obsoleta, visto que na sua obra persistia o sabor arcaico da linguagem e a oralidade do discurso”. (FERREIRA, 2000, p. 13). Desta forma Fernão Lopes construía suas crônicas oportunizando uma larga visão referente a uma época. Assim, nos apresenta todo o contexto no qual estava inserida a figura histórica de Leonor Teles.

2.2 A visão de Fernão Lopes sobre Leonor Teles de Meneses.

Leonor Teles foi caracterizada historicamente por Fernão Lopes como aleivosa devido o contexto histórico, político e social no qual a mesma estava inserida. Para o cronista ela desafiava a cultura dominante por isso seria conveniente projetar a figura de Leonor Teles enquanto uma pessoa intrigista, articuladora e ambiciosa. Fernão Lopes nos leva a entender em alguns trechos da *crônica de D. Fernando(2004)* que mesmo não sendo comum para a época, a rainha utiliza-se de seus atributos físicos para destacar-se em meio às relações de poder, como podemos perceber ao ser ressaltados os atributos físicos da Rainha na crônica:

“Esta Rainha Dona Leonor, ao tempo que a el-rei tomou por mulher, era bem manceba em fresca idade, e igual em grandeza de corpo. Havia loução e gracioso gesto, e tôdalas feições do rosto quais o direito da fremosura outorga”. (LOPES, 2004, p. 66). Fernão Lopes nos leva a perceber que a beleza de Leonor Teles envolveu o Rei que se deixou levar pela paixão permitindo assim que a rainha interferisse nos assuntos do reino.

É ainda Lopes (2004) que evidencia o papel político desempenhado por Leonor a partir da construção de um arquétipo no qual ela é apresentada como detentora de um poder de manipulação que a alçou como rainha consorte, título adquirido a partir do matrimônio com o rei D. Fernando, e posteriormente, regente de Portugal. Consequentemente, temos a partir das crônicas de Fernão Lopes (2004) a projeção histórica de uma Leonor intriguista, cuja ambição se une aos atributos físicos, na realização de manobras muito bem articuladas nas relações de poder político.

Segundo esta visão histórica, é a partir destas características físicas atribuídas que esta figura feminina passou a ocupar uma posição de destaque na sociedade portuguesa do século XIV. Tendo em vista que era “aposta e de bom corpo”, como relata Lopes (2004), chamou a atenção do Rei que se apaixonou fervorosamente pela chamada “aleivosa”. De beleza confirmada pelo cronista, Leonor ao visitar sua irmã, Maria Teles, deixa D. Fernando apaixonado. Com isso, conforme nos faz pensar o cronista, esta mulher apropriou-se desta situação para tornar essa benquerença do Rei sua aliada.

O amor que D. Fernando passou a sentir por Leonor Teles logo chegou a ser do conhecimento de todo o reino, porém não era aprovado pelo povo português, pois consideravam um erro o Rei unir-se em matrimônio a uma mulher que já fora casada outrora. E que abandonou o filho que teve com João Lourenço da Cunha, seu marido. No relato do cronista, “ela era certa que nom prazia às gentes miúdas de ela ser rainha, segundo se mostrara em Lisboa e em outros lugares.” (LOPES, 2004, p. 66). Outra problemática que o povo gerou foi a questão da herança do trono. As pessoas queriam que o Rei escolhesse uma filha de fidalgo de seu reino, para que houvesse filhos legítimos que reinassem em seu lugar.

Não é nosso interesse discutir verdades ou inverdades na escrita das crônicas. Afinal, há mais de cinco séculos escritas, o seu autor tem espaço canônico, adquirido pela questão temporal, pelo tipo de pesquisa documental que se fazia à época e porque foi um dos primeiros a fazer o registro historiográfico dos reis portugueses. Mas interessa-nos lembrar que os discursos posteriores a ele vão legitimá-lo como uma verdade. Mais que isto vão, de certo modo, sacralizá-lo (MEDEIROS, 2015, p. 42).

Esta afirmação comprova o que percebemos ao longo da leitura de toda a *Crônica de D. Fernando* (2004): que Fernão Lopes projeta Leonor Teles como uma figura fora do padrão considerado próprio para assumir a posição de rainha, sendo vista por todos como uma mulher de má conduta que envolveu o rei em um jogo de sedução para colocar-se frente ao poder político português. Segundo Fernão Lopes (2004), agarrando-se a oportunidade de destaque em meio ao contexto no qual encontrava-se inserida, Leonor, tratou logo de articular meios para se fortalecer diante dos seus súditos. Portanto, para conquistar o povo português seria necessário proporcionar a eles benesses para constituir aliados no reino.

Considerando que a política portuguesa da época tratava-se de um articulado jogo de conveniências em que para se beneficiar os fidalgos da corte eram coniventes com determinações dos reis em troca de liberdade e privilégios, Leonor lançou mão de várias benfeitorias para quem ela tinha como aliado no reino. Neste sentido,

E fez poer tôdolos castelos e melhores fortalezas do reino nos que eram de seu linhagem. [...] fez que quantos grandes e bons havia na cidade que todos fossem seus vassalos. [...] E fez muitos casamentos e acrecentamentos em muitos fidalgos e grandes do reino, por lhe haverem todos bom desejo, e nom cair em sua malquerença. (LOPES, 2004, p. 66).

Quando o Rei tomou D. Leonor por rainha de Portugal houve grande pesar, porém esta, busca uma melhor aceitação do povo ao favorecer desde os nobres aos mais pobres, prestando-se a estes com as benfeitorias necessárias para abarcar o número maior possível de aliados em sua defesa. Para fortalecer as relações de poder entre o povo português Leonor cuidou em articular estratégias para manter a “arraia miúda” sob sua custódia a partir da produção de uma imagem de caridade e bondade da qual se revestia apenas como um mecanismo de dominação daquela gente.

Nitidamente, Lopes (2004) faz uma crítica sobre este fato histórico, quando relata que: “Era ainda de muita esmola e muito caridosa a todos; mas, quanto fazia, tudo danava, depois que conheceram nela que era lavrador de Vênus [...] manto da caridade que mostram seja cobertura de seus desonestos feitos” (LOPES, 2004, p. 66). Na verdade Leonor Teles privilegiava os mais carentes com o único objetivo de mascarar suas verdadeiras intenções, pois temia ser rejeitada pelo povo português, porque sabia que esta oposição para com ela, poderia afastá-la do reinado, por isso ela busca especular a opinião do povo a seu respeito e influencia o Rei para que fosse feita justiça contra os que não a aceitassem como rainha.

Lopes (2004), nos faz refletir ainda sobre o caráter ambicioso de Leonor ao nos apresentar a possibilidade que existia de o infante D. João assumir o trono após a morte de D.

Fernando, já que este, também tinha direitos sobre a coroa, tornando-se assim um poderoso rival para Leonor Teles: “O infante D. João tinha direitos à coroa, desde que D. Pedro declarara solenemente ter casado com D. Inês de Castro. Para D. Leonor Teles, ele era um perigoso rival, devido às suas qualidades pessoais e à grande popularidade de que gozava” (LOPES, 2004, p.69). E após o casamento secreto de Maria Teles com o infante D. João, aos olhos de Leonor, este matrimônio tornara-se uma ameaça maior, pois, sua irmã era bem quista por todos do reino, como podemos observar:

E o azo por que à rainha desprazia disto muito, era por quanto via sua irmã benquiste de todos, e o infante D. João amado dos povos e dos fidalgos, tanto como el rei; e pensava de se poder azar per tal guisa que reinaria o infante D. João e sua irmã seria rainha; e ficaria ela fora do senhorio e reinado. (LOPES, 2004, p.74).

Lopes (2004) nos mostra que Leonor Teles foi tomada por uma grande inveja pois sua irmã era querida pelo povo português, passando a desconsiderar Maria Teles e a todos que eram coniventes com a união entre sua irmã e o infante D. João. “e começou a mostrar à irmã pior talante do que costumava, nem o infante nem havia tal gasalho de el-rei como ante tinha em costume de lhe fazer” (LOPES, 2004, p.75). A rainha tinha receio que posteriormente, o matrimônio do infante com sua irmã poderia trazer-lhe problemas por isso segundo Lopes (2004), sugere; mediada por D. João Afonso Telo, seu irmão; o casamento entre D. João e sua filha, a princesa Beatriz. Porém D. João não agradeceu a consideração da rainha, mas, assumira um compromisso com Maria Teles que só poderia ser desfeito após a morte. Com isso, Leonor junto ao vedor do infante, Diogo Afonso, e o comendador de Elvas, Garcia Afonso, criaram uma história mentirosa que Maria Teles tinha fama de dormir com outros homens, justificando assim sua morte.

Com isso, a partir do que nos aponta Lopes (2004) D. João matou Maria Teles acusando-a injustamente de ser adúltera. Porém, ao saber da morte da irmã, “a rainha [...] mostrou que lhe pesava muito, poendo por ela dó; porém, dizia a el rei que nem cusasse daquilo, nem tomasse por isso nojo, ca cousas eram que aconteciam pelo mundo. (LOPES, 2004, p.79). Assim é caracterizada por Lopes (2004) como uma mulher intriguista e capaz de qualquer coisa para continuar no poder. O infante D. João foi perdoado, “pela rainha, cuja voz valia mais que todos, foi o infante perdoado, e tôdolos que eram com ele” (LOPES, 2004, p.79).

Segundo o que verificamos em Lopes (2004), D. João criara uma expectativa quanto seu casamento com sua sobrinha, a infanta Beatriz, porém esta união não era bem vista por

Leonor, que trata de articular, para que o infante fosse descartado de vez da possibilidade de ocupar o trono. Para Leonor sua presença ainda era ameaçadora pois, se o infante tomasse Beatris por esposa, esta passaria a ser a rainha e isto não interessava a Leonor Teles. Na verdade ela queria a união de sua filha com o rei de Castela pois só assim poderia tornar-se regente após a morte de D. Fernando. Com isso mostra-se enquanto uma mulher estrategista e manipuladora. Neste sentido:

[...] a rainha havia disto mui pouca vontade, nom embragando que a irmã fosse já morta, porque a ela era grande empacho viver o infante em Portugal, vendo el rei cada dia mais doente, e temia-se que, falecendo per morte, que fosse o infante logo levantado por rei e tomar tal mulher que seria rainha, e ela desfeita de sua honra e estado.[...] E, por esquivar de todo ponto este azo, havia desejo de ter sua filha casada em Castela, da guisa que o era, ou melhor, se ser pudesse, por ficar ela regedor, se el-rei D. Fernando morresse. (LOPES, 2004, p.80).

Diante de tal fato observamos uma postura de Leonor Teles que a coloca em um patamar de destaque, pois, todas suas atitudes eram muito bem articuladas. Mesmo com a fama de aleivosa ela conseguiu a confiança total de D. Fernando que fazia cumprir todas as suas vontades. Com o casamento de Beatriz arranjado com o conde de Lencastre, filho de Eduardo II da Inglaterra, não havia possibilidade da união da infanta com D. João. O intermediário entre os reis de Portugal e Inglaterra era o conde de Andeiro que posteriormente torna-se amante da rainha segundo o que nos aponta Lopes (2004):

E, depois que se todos iam, vinha João Fernandes de outra casa que há na torre, e falava com ele, presente a rainha, quaisquer cousas que lhe cumpriam. E algumas vezes se saía el rei, depois que dormia, e ficava a rainha só, e vinha-se João Fernandes per ela, depois que se el rei partia; e falavam no que era prazível, sabendo-o, porém, el rei, e nom havendo nenhuma suspeita, como homem de são coração. (p. 83).

Podemos verificar o caráter duvidoso projetado por Lopes (2004) na historiografia que considerava a rainha Leonor Teles uma mulher adúltera, sendo conhecida por todos como “aleivosa”, isto é, traidora, pois “João Fernandes era com ela tal feiçom, que alguns disso parte sabiam cuidavam deles nom boa suspeita; e foi este afeiçom de ambos tão grande, que tudo o que se depois seguiu, que adiante ouvireis, daqui houve seu primeiro começo” (LOPES, 2004, p.83). Portanto as sucessivas desordens sociais e políticas que ocorrem no reino acontecem devido toda uma articulação política organizada pelos inimigos da rainha

para que estes tomassem posse do governo do reino. Assim, orientado por Álvares Paes; que fora chanceler mor de D. Fernando; O Mestre de Avis, junto ao conde de Barcelos; D. João Afonso; Rui Pereira e outros, planejaram a morte do João Fernandes. E, “O mestre, que mais vontade tinha de o matar [...] tirou um cuitelo comprido e enviou-lhe um golpe à cabeça” (LOPES, 2004, p.105). Em seguida, Rui Pereira deferiu vários golpes no conde de Andeiro que caiu morto ao chão. De acordo com Lopes (2004), este desfecho, levou a aleivosa a procurar proteção com o rei de Castela, pois este, já casado com sua filha Beatriz, seria o único refúgio do qual poderia valer-se. Porém, sem saída teve de submeter-se às condições impostas por seu genro:

As falas e razões que el rei aquela noite houve com a rainha Dona Leonor, sua sogra, nenhum claramente as põe em escrito, salvo quando dizem que el rei lhe disse que ele nom lhe podia dar vingança do Mestre nem dos outros que ela queria, nem sojugar vila nem cidade das que tinham voz contra ela, se primeiro nom renunciasse a ele e a sua filha todo o regimento que ela havia de haver no regno, segundo nos trautos era contido. E ela, mudando de seu propósito e vontade, determinou de o fazer. (LOPES, 2004, p.122).

Como nos aponta Lopes (2004), “a malícia bebe grã parte da sua peçonha, se pode isto dizer da rainha Dona Leonor (LOPES, 2004, p.123), porque logo a rainha percebera que o rei de Castela era contrário a todos os seus desejos e condições. E, mesmo com um acordo selado entre a rainha e seu genro, de ajuda-lo a recuperar vilas e povoados do reino, “descontente com o genro, Dona Leonor não só desiste de o ajudar como está pronta a traí-lo, para recuperar o regimento do reino. (LOPES, 2004, p.124) conspirando junto a D. Pedro contra o rei de Castela. Porém este a prende em um mosteiro no qual ficou até seus últimos dias de vida.

Portanto conforme observamos, Lopes (2004), caracteriza a figura histórica de Leonor Teles enquanto uma mulher articuladora que consegue visualizar as manobras que pode realizar para sobressair-se na sociedade da qual faz parte. Com isso, o cronista procura ressaltar nesta figura histórica características que a definem como uma pessoa de mal caráter. Por esse motivo, mostra durante toda a descrição dos fatos históricos colocando Leonor Teles como uma mulher, ambiciosa, vingativa, invejosa, articuladora e principalmente adúltera.

2.3 O papel da mulher na sociedade medieval

A Idade Média foi um período da História no qual foi atribuído à mulher um estereótipo revestido de limitações que as condicionava a exercer um papel social secundário,

em relação aos homens. Desta forma, a história da mulher na sociedade medieval, foi estruturada a partir dos acontecimentos específicos daquele período. Como apontam Perrot e Duby (1990), vários fatores implicam numa visão distorcida sobre o papel feminino em sociedade.

Qualquer história das mulheres tem de fazer face ao problema dos acontecimentos que são significativos para ela e sobre os quais o historiador possa fundamentar uma periodização específica. Mais amplamente, esta exigência implica – repitamo-lo – a concepção que temos da inserção das mulheres na sociedade em que viveram, ou seja, no conjunto das relações sociais e no tempo histórico. (PERROT; DUBY, 1990, p. 11).

Isto se deve ao fato de a história ter sido construída sob o olhar masculino que projetou uma imagem subserviente da figura feminina, tal projeção se intensificou no medievo com todas as imposições da Igreja católica. É neste contexto que “amadureceram nelas os modelos que diretores de consciência ou mestres do saber lhes impunham, as imagens de si próprias que os homens lhes devolviam” (PERROT; DUBY, 1990, p. 21), com o objetivo de silenciá-las por muitas e muitas gerações.

Estes aspectos nos remetem para a discussão que estabelecemos no capítulo III, sobre a protagonista do romance escolhido para nossa análise. A situação de Leonor Teles não era muito diferente da de muitas outras mulheres da nobreza, em sua época. Conforme aponta Aldinida Medeiros (2015):

O período em que viveu e reinou Leonor Teles como consorte foi atribulado para o reino português. Podemos afirmar que em questões sociais – vida e condição da nobreza e da população comum – pouco difere do que foram outros reinados na Idade Média portuguesa. No que concerne às questões sobre a mulher, em sociedade, quase nada se modificara. Entretanto, em muito esta rainha difere das que a antecederam-na. Leonor é uma transgressora dos valores sociais e morais de sua época, porque ousou conquistar um lugar central no reinado de seu marido, ousou não temer a posição de adúltera e mais ainda, desafiou muitos nobres da corte fernandina. (MEDEIROS, 2015, p. 42).

Precisamos lembrar que a maioria não transgrediu as normas, como fez Leonor. Poucas foram as que se tornaram insubmissas ao sistema patriarcal e de legitimação do poder masculino como foi na Idade Média. Para Duby (2011) a sociedade reproduzia um quadro estrutural estável em que os indivíduos faziam parte de um sistema cultural que ordenava suas relações. Existiam regras de comportamento que definiam as relações entre homens e mulheres e sob a influência de vários fatores que levaram a uma desvalorização com relação ao papel da mulher em sociedade. Como apontam Perrot e Duby (1990),

[...] a maior parte dos problemas levantados pela história das mulheres na Idade Média. Demografia, economia, autonomia jurídica, inserção das mulheres na vida produtiva ou intelectual: os historiadores discutem todos estes temas, não sabendo bem que lugar atribuir neles às mulheres. (PERROT; DUBY, 2011, p. 09).

Os discursos masculinos e religiosos que durante a propagação do cristianismo projetaram uma imagem errônea da figura feminina, considerava que as mulheres eram disseminadoras do pecado. Por isso, deveriam ser mantidas afastadas dos clérigos, já que poderiam fazê-los cair em tentação. A Igreja aproximava a figura feminina a de Eva que representava o pecado original. Sendo assim, para os religiosos as mulheres atraíam o mal, pois eram disseminadoras do vício. Por isso, elas eram orientadas a permanecer em suas casas e em mosteiros para evitar a luxúria porque em sociedade provocam discórdia. Desta forma, para que a mulher tivesse dignidade de espírito esta deveria tornar-se virtuosa.

A partir de uma ideologia em que o poder dominante privilegiava o homem, subvertendo historicamente a imagem da mulher, percebemos a forte influência cultural sofrida pela sociedade do período medieval. Segundo Duby, no ensaio *Idade média, idade dos homens* (2011) “A ideologia é uma arma, da qual o poder procura servir-se (DUBY, 2011, p.150)”, portanto, essa ideologia condicionava a sociedade a aceitar culturalmente que a mulher deveria seguir algumas regras de comportamento nas quais sobressaíssem atitudes consideradas de boa conduta. Com isso, o sistema cultural e o contexto histórico do medievo estabeleceu como fora do padrão, todo comportamento que infringisse os mecanismos de regulação dos gêneros. A vida produtiva da mulher baseava-se em reprimir-se diante das relações sociais, pois era ignorada socialmente, fazendo parte de um grupo distinto:

As mulheres constituem um grupo social distinto, cujo caráter [...] invisível aos olhos da história tradicional, não depende da natureza feminina [...] qualquer sociedade define culturalmente o gênero e suporta em contrapartida um efeito sexual [...] o gênero é uma divisão dos sexos socialmente imposta [...] um produto das relações sociais de sexualidade que transforma machos e fêmeas em homens e mulheres (PERROT; DUBY, 1990, p. 11).

O sistema cultural da época estabelecia uma relação em que observamos uma oposição entre os poderes domésticos da mulher e a autonomia política do homem, que se torna mais visível quando nos detemos aos códigos de comportamentos estabelecidos a partir do matrimônio. Portanto, o casamento era utilizado como um sistema regulador que no medievo estabelecia os papéis que os gêneros deveriam exercer em sociedade. Através do casamento, o homem detinha o controle sobre sua mulher porque esta deixava de ser submissa ao pai e passava a dever obediência ao seu marido. Mas Leonor enquanto uma mulher transgressora

dessas regras impostas por meio do casamento, busca pra si outro destino: “eu fui bela e meu marido João Lourenço, nem sequer teve consciência disso a não ser quando, enfim, me liberei da sua desagradável presença” (FERREIRA, 1999, p.33).

Na literatura, inúmeros exemplos mostram o casamento como uma forma de aliança bélica, uma vez que era capaz de por fim aos conflitos entre os reinos envolvidos em tal aliança, que era também, de certo modo, uma forma de aliança social. O casamento do rei Marcos da Cornualha com Isolda, a ruiva, na lenda Tristão e Isolda é um destes exemplos. O amor do casal que se conhece e se apaixona sem saber quem realmente são aparece como um impedimento natural a este casamento. Mas, a aliança entre os reinos tinha de ser cumprida e Tristão e Isolda acabam amaldiçoados por este amor. Como ela estava prometida ao rei, tio de Tristão, era este o casamento que tinha de se realizar, e não o casamento, por amor, do jovem casal. Esta lenda ficou muito famosa e tornou-se um dos exemplos de amor impossível, na Idade Média, a qual mostra como à mulher não era dada qualquer chance de escolher o homem amado para marido. Trouxemos este exemplo para salientar que, enquanto mecanismo de regulação, o casamento apresenta seu conjunto de normas e funções específicas que evidencia a diferença de poder entre homens e mulheres. Elas deveriam se submeter a essa convenção, pois a sociedade considerava que “a mulher é um ser fraco que deve ser necessariamente subjugado porque é naturalmente perversa, que está destinada a servir o homem no casamento e que o homem tem o poder legítimo de servir-se dela” (DUBY, 2011, p. 34), lembra-nos o historiador em *Idade Média: idade dos homens*. A mulher da Idade Média era educada e preparada desde a infância a submeter-se a um casamento arranjado. Com isso o matrimônio, além de servir como um instrumento regulador, tinha a função estratégica de sustentar uma rede de alianças, assumindo um caráter mais bélico e político do que afetivo.

Todavia, ao tratarmos da condição feminina naquele período, verificamos a importância do casamento na construção das representações do cotidiano que determinavam como deveria ser seu comportamento diante das relações sociais da época. Sobre isto, Perrot e Duby (1990) nos falam que:

Muitos dos estudos mais recentes consagrados a mulheres de todas as condições [...] mostram a importância central do casamento na determinação da sua condição; muitos descodificaram os sistemas de valores, de imagens e de representações que os comportamentos traduziam no quotidiano (PERROT; DUBY, 1990, p. 12).

Na verdade, nessas condições, o casamento restringe direitos, pois condiciona ao homem plenos poderes sobre sua companheira. Com efeito, enquanto chefe do lar detinha o controle sobre a vida de sua esposa pois, após o casamento, toma para si o poder supremo sobre sua mulher, cabendo a figura feminina “guardar um silêncio, uma imobilidade, uma reserva quase monarcais [...] das relações conjugais” (PERROT; DUBY, 1990, p. 17). O casamento, nesta concepção, exercia uma função de controle perante à esfera feminina. Este papel subjugado, atribuía-lhes apenas opinar nos assuntos tocantes ao lar e aos filhos, sendo afastada de sua participação em funções públicas. Diante deste cenário, Leonor Teles, enquanto mulher transgressora das regras de comportamento estabelecidas pela sociedade da época, interessava-se por assuntos relacionados a política participando ativamente das resoluções de cunho político.

2.4 A participação da mulher no cenário político do medievo

A partir da visão histórica, exposta anteriormente, voltemos nossa atenção para o campo político no período medieval. A política é um exercício de poder muito antigo, isto é, uma relação de forças que nos remete a uma dinâmica de quem terá mais autoridade, fato este que leva os indivíduos a realizar as mais diversas manobras nessa disputa pelo poder. E, nessa busca, geralmente a mulher sai em desvantagem, tendo em vista que se trata de uma figura socialmente marginalizada, devido a todo um estereótipo imposto culturalmente.

No medievo a cultura não seguia uma dinâmica diferente, o papel da mulher estava totalmente desvinculado do meio político, pois esta competência estava atribuída ao sexo masculino. A concepção de que a mulher deveria ser submissa ao homem sedimentou, dentro da historiografia, o conceito de que a figura feminina seria posta à margem desta prática social. Ao tratar de alguns temas específicos, como por exemplo, o campo político, traz à tona as desigualdades associadas ao gênero. Neste contexto, segundo Perrot e DUBY (1990):

a palavra das mulheres deve ser excluída de qualquer dimensão pública e colocada no privado. A dimensão pública negada à palavra feminina não é tanto um problema de espaços como um problema de funções: cada vez que a palavra abandona o plano da comunicação entre indivíduos singulares para assumir um papel político de fundação e de governo da comunidade, as mulheres devem calar-se porque naquele momento estão os homens a falar (PERROT e DUBY, 1990, p. 135).

Por meio desse levantamento histórico, nota-se que era abolida toda e qualquer intervenção feminina no âmbito político, à luz da Idade Média. Existia, neste contexto, uma

tendência à negação da autonomia jurídica feminina em meio a esta sociedade medieval, dado que estrutura-se dentro de uma relação entre gêneros que desconsidera a participação feminina.

Portanto, em meio a uma cultura que busca reprimir o gênero feminino, caracterizando-a como um ser inferior, ao contrapor-se com a figura masculina, do período medieval aos tempos atuais à mulher passou a ocupar um grupo social distinto que busca novas perspectivas de vida. Com isso, segundo Perrot e Duby (1990) “De facto, a história das mulheres, foi construída sobre os destinos de heroínas sem par. Como se, em cada nova geração, fosse preciso que as mulheres constituíssem uma nova memória, que reatasse um fio perpetuamente partido” (PERROT, DUBY, 1990, p. 10). É certo que haviam mulheres que resistiam a essa submissão imposta, a exemplo de Leonor Teles de Meneses, todavia eram minoria diante de tamanha sociedade machista. Por isso fica-nos o questionamento: como ter uma participação ativa diante de uma sociedade repressora? Seria necessário buscar meios para intervir e se fazer presente dentro das relações na sociedade medieval?

Para ter uma participação social ativa era preciso que as mulheres buscassem meios que as propiciassem serem ouvidas, principalmente quando os interesses estavam relacionados com a política. Para isso, construíam através das possibilidades que o matrimônio lhes traziam, “as estratégias concretas inspiradas pelos momentos críticos da vida das mulheres aquelas em que elas tinham por vezes a oportunidade de fazer ouvir a sua vontade, talvez a sua vocação”. (PERROT e DUBY, 1990, p.17). Por vezes resguardadas no silêncio, faziam-se ouvir, através de táticas que utilizavam para impor suas vontades, pois, a partir do matrimônio elas assumiam um papel no qual deveriam ajudar seus companheiros, servindo-os em todas suas necessidades como um ponto de apoio, seja na vida pública ou em sua vida privada.

Para as mulheres de qualquer condição social, o vínculo matrimonial configura-se primariamente como compromisso em auxiliar o esposo em todos os aspectos da sua existência, na vida pública e privado, nas necessidades materiais e nas exigências espirituais. [...]. (PERROT e DUBY, 1990, p. 157-158).

Por isso, mesmo ocupando uma posição de subordinação, a mulher poderia articular para se impor socialmente, tais como opinar nos casamentos arranjados, sugerir esquemas políticos, pois a elas cabia ser, para seus senhores, guias e conselheiras. Assim, apropriando-se dos atributos físicos como arma na sua luta de impor-se socialmente, “a mulher aposta naturalmente na aparência porque se sabe deficitária na substância; a sua tradicional falta de

racionalidade e de firmeza” (PERRO e DUBY, 1990, p. 128). As dificuldades enfrentadas levaram a tais estratégias que se configuram “[...] em torno do casamento, da entrada na vida religiosa, da maternidade e da solidão, os constrangimentos do seu meio, as funções que lhe destinavam na reprodução da sociedade, as ambições de promoção familiar e social” (PERROT e DUBY, 1990, p. 17). Diante dessa situação, verificamos que a sociedade da história tradicional, que se constituía com base em preceitos masculinos, impôs culturalmente uma relação de gêneros na qual a mulher faria parte de um grupo diferenciado.

A partir daí temos uma visão com relação às influências da mulher na política, no qual não havia existência de uma posicionamento igualitário para ambos os sexos, pois ao sexo feminino cabia apenas contentar-se em estar sujeita aos mecanismos de regulação de uma época. Portanto, esses mecanismos que objetivavam apenas transferir para a mulher o papel das obrigações com as quais elas deveriam sujeitar-se, impedindo o gênero de interferir no contexto ao qual ela estava inserida e desse modo interferindo também no âmbito político. Essa discussão nos remete a uma leitura feita sobre as relações de gênero por meio da sociedade dominadora. Portanto, excluída do exercício de funções públicas a mulher não tinha voz diante da singularidade masculina, por esse motivo usava determinados artifícios como a beleza e a sedução para persuadir quem estava envolvido no jogo de poder, para pôr-se frente a determinadas atividades que eram cabíveis apenas ao homem.

Esses artifícios eram construídos pouco a pouco dentro do universo do qual a mulher poderia exercer sua autonomia, desse modo, “a função pacificadora da mulher parecia assumir uma conotação, menos passiva e estender-se activamente também para fora das paredes domésticas” (PERROT; DUBY, 1990, p. 149). Com isso, observamos um crescimento da força feminina que antes ocupava-se apenas com suas atribuições domésticas, passando a atuar nos mais diversos campos ao fugir do controle estipulado pelas convenções daquele período ocupando seu espaço social dentro da política. Neste sentido,

a insistência acerca do impossível papel público da palavra feminina, dado por indescritível, cede o lugar às análises das formas que esta palavra pode assumir em privado. Aí as atenções e as cautelas multiplicam-se: excluída de qualquer função pública e de qualquer espaço social, as palavras das mulheres podem invadir, copiosas e ameaçadoras o interior das casas e dos conventos em que se encontram encerradas, fugindo de qualquer controle e instaurando um reino poderoso e protegido do discurso feminino (PERROT e DUBY, 1990, p. 136).

Dessa forma, o discurso feminino passa a ser ouvido ao invadir os espaços sociais que estas tinham acesso, pois foge ao controle a palavra que era dirigida ao privado. Portanto, em

suas casas, nos conventos ganham espaço tornando-se, gradativamente, muito poderoso, porque estes espaços eram menos vigiados pelo controle da cultura patriarcalista e predominantemente masculina vigente. Por isso, as vozes femininas que antes eram excluídas de funções públicas passam a ter um espaço social próprio.

Diante deste fato, buscamos em nosso trabalho mostrar a forma como a autora da obra analisada constrói a protagonista da narrativa dando ênfase a todo este cenário social e político no qual Leonor Teles estava inserida, contrapondo sua narrativa com a figura histórica projetada por Fernão Lopes.

CAPÍTULO II

A REPRESENTAÇÃO FEMININA DE LEONOR TELES: LITERATURA E HISTÓRIA

3.1 Romance histórico contemporâneo: breves explicações sobre o tema

Por meio dos romances históricos percebemos personagens baseadas em figuras históricas que desconstroem a perspectiva de submissão associada à figura feminina. A partir dessas figuras reelaboradas podemos reconstruir conceitos que se perpetuaram historicamente, ao relacionar a ficção com a realidade. Por isso, conforme anunciado na Introdução, este capítulo trata da personagem romanesca Leonor Teles, criada por Seomara da Veiga em comparação à figura histórica mencionada na *Crônica de D. Fernando*(2004), da autoria de Fernão Lopes.

Visto que o romance histórico tem peculiaridades diferentes da narrativa historiográfica, e que tem sido um subgênero romanesco bastante estudado na atualidade, consideramos importante trazer algumas observações, mesmo que sucintas, para uma breve explicação sobre o tema.

De acordo com Maria de Fátima Marinho (1999), ao nos reportarmos ao termo romance histórico devemos evidenciar algumas questões: primeiramente, que deve haver um tempo considerável entre a época narrada e o momento atual da escrita do romance, ou seja, se é histórico, tem de narrar algo que realmente se pode tomar como passado e não como presente. Outro aspecto é que o romance histórico é subgênero híbrido, pois verifica-se a ficção da qual os romances se apropriam, associada aos fatos da História para formar toda uma construção metaficcional historiográfica. Isto sugere uma reflexão acerca da escrita como instrumento de poder e uma possibilidade de revisão da História sob várias vertentes por meio deste subgênero. Daí consideramos muito interessante, na literatura, esta possibilidade de estabelecer uma relação entre o universo ficcional e real, pois busca na narrativa componentes que irão reconstruir acontecimentos baseados em discursos que historicamente projetaram verdades consideradas absolutas, relendo-as, revisando-as. Neste sentido, a ensaísta afirma que “Trata-se de um gênero híbrido, na medida que é próprio da sua essência a conjugação da ficcionalidade inerente ao Romance e de uma certa verdade apanágio do discurso da História” (MARINHO, 1999, p. 12).

O romance histórico contemporâneo surgiu durante o Romantismo, no século XIX como uma nova variante do romance histórico tradicional, a partir das obras do escritor escocês Walter Scott. Considerando o processo narrativo, temos neste subgênero uma aproximação aos outros tipos de ficção, porém a narrativa histórica apresenta-se com o objetivo de oferecer, como fundamental característica, a existência de uma consciência

histórica que será condicionada na produção do romance. Portanto o autor deverá transcender entre seu tempo e o passado para a construção do gênero.

Conforme Marinho (1999), o romancista “irá divagar entre a liberdade da qual [...] pode apropriar-se e os limites que são impostos pela História assumindo esta ambiguidade com o objetivo de transcendência, ou então, estabelecendo uma relação metafórica com modelos arquetípicos”(MARINHO,1999, p.12). Dessa forma, o autor pode fazer uma relação dos limites entre a realidade com a ficção. Para Georges Lukacs, pioneiro nos estudos de Romance Histórico, citado por Marinho (1999), este autor considera que antes do romance de Walter Scott os escritores tratavam os acontecimentos passados sem a preocupação de trazer à tona os acontecimentos marcantes da História. Eles apenas escolhiam um ambiente para compor sua narrativa sem ter uma consciência questionadora sobre os fatos sociais que compunham aquele contexto do qual se apropriavam na elaboração de seus romances. Mas, sabe-se que para a produção dos romances históricos é necessário compreender o contexto do período da História em que o autor irá construir o enredo de seu romance, para poder ter consciência dos fatos históricos e sociais que se revela fundamental para o subgênero em questão.

Diante do que foi descrito anteriormente, buscamos demonstrar sob quais condições surgiu o Romance Histórico, porém verificamos que mesmo suas características perdurando até meados deste século, estas passaram por alguns processos de renovação. Todavia, será na escolha dos personagens e nos aspectos que o autor do romance irá abordar sobre os fatos históricos, que estas inovações serão mais percebidas.

Como já afirmamos, o romancista tradicional ocupava-se apenas em escolher um ambiente para os acontecimentos de sua narrativa em um contexto romantizado, o que se diferencia do romance histórico contemporâneo, pois este apresenta uma consciência histórica. Na verdade, essa reconstrução dos acontecimentos surge porque é percebido, pelos romancistas, que o discurso projetado pela historiografia tradicional, traz incertezas em si, devido os historiadores se basearem em alguns dados e acontecimentos imprecisos que compõem o contexto de determinada época. A partir de tal fato, torna-se notória, no decorrer da narrativa do romance histórico contemporâneo, “ a intuição de uma certa falsidade que os escritores dos últimos anos irão explorar até a exaustão” (MARINHO, 1999, p.16). Dessa forma observamos o quanto é precária a construção da História, pois os historiadores se apoderaram de alguns fatos e aparências para poder colher os dados do passado. Porém para

Linda Hutcheon¹ citada por Marinho (1999), “a pedra, testemunha presencial é muda” (MARINHO, 1999, p. 17) então, aquilo que temos como verdade absoluta pode ser reavaliada a partir da ação ficcional. Pois, como percebemos, a historiografia não se controla a partir de fontes sólidas, como verdade única e absoluta. Com isso alguns fatos tornam-se questionáveis já que muitos acontecimentos foram desconsiderados.

Nos romances históricos contemporâneos, os autores retomam o passado da maneira mais questionadora possível, alicerçado sob um viés extremamente reflexivo. O autor procura transpor nas suas personagens aquilo em que acreditam, “ a verdade é que, frequentemente, o autor não consegue escapar a tentação de reproduzir nas personagens as suas mais íntimas convicções ” (MARINHO, 1999, p. 18), fato este que nos proporciona transcender entre a ficção sugerida dentro de todo um contexto histórico com base nos fatos reais do passado que se reproduzem a partir da leitura trazida na obra. Assim, “ a melhor maneira de divulgação dos feitos da nação pretérita será transformar em arte, passagens históricas mais conhecidas ” (MARINHO, 1999, p. 18). Para tal, cria-se um ambiente em que assuntos do cotidiano de um determinado período histórico são trazidos para a narrativa.

O subgênero em questão proporciona o movimento entre personagens tomadas como referenciais e personagens que são inventadas ou marginalizadas que são postas de igual patamar as figuras de reis e rainhas. Então, o autor utilizando-se dos personagens fictícios em consonância com os personagens referenciais, trazendo dentro do enredo todo um discurso das relações pessoais, políticas e econômicas destacando o papel social de cada um, dentro do contexto referenciado de uma dada época. O romancista sente a necessidade de reconstruir o passado trazendo uma certa flexibilidade dentro do romance histórico contemporâneo porque “mais importante do que os acontecimentos será a reflexão sobre a própria História”. (MARINHO, 1999, p. 34).

As inovações do subgênero nos últimos séculos traz consigo uma carga substancial que nos faz reavaliar a concepção que temos sobre a História, pois cria “um passado que não está terminado, mas que se constrói em cada ato da escrita ” (MARINHO, 1999, p. 37). Diante disto, verificamos que o desenrolar da narrativa traz uma relação entre personagens a partir da qual somos levados a fazer uma reconstrução do passado e reavaliar alguns fatos, pois a História inacabada nos dá subsídio para rever alguns acontecimentos sob uma ótica diferenciada.

¹ Não nos deteremos em explicar estes conceitos, pois o tema está amplamente explicado em *Poética do pós modernismo: ensaio, ficção, história*. Ver referências ao final deste trabalho.

Verificamos uma retomada ao passado, questionado por intermédio do romance histórico contemporâneo, pois, como destaca traz Marinho (1999), o autor de romance histórico “rebusca o uso da ironia que contribui para esse processo metaficcional, porque obsessivamente é auto-reflexiva” (MARINHO, 1999, p.39). E, é por proporcionar esta autorreflexão, que se configura na ironia pós-modernista, que aprendemos que não há uma verdade única a ser perpetuada. Assim,

O repensar irônico pós-moderno da História revela-se definitivamente não nostálgico, ao contrário da evocação romântica de Idades Médias de sonho, na medida em que se toma plena consciência de que não há uma só verdade, facto que se poderá se traduzir por uma grande instabilidade na focalização”. (MARINHO, 1999, p. 41).

A partir da multifocalização que o romance histórico proporciona, temos uma gama de possibilidades que ampliam o surgimento de várias versões de um mesmo momento passado. Portanto, em paralelo a multiplicidade de focalizações, a focalização externa e a onisciente proporciona uma narrativa a partir de um olhar dos considerados marginalizados: “ É que, frequentemente, os narradores são os proscritos, os marginais ou as mulheres, que imprimem ao discurso um tom diferente do que consta dos tradicionais livros de História” (MARINHO, 1999, p. 43).

Logo, é a partir de uma nova perspectiva que os fatos são problematizados, nos mostrando novas alternativas de conceitos por conta dessa concepção onisciente e externa observada na narrativa que se apropria do universo daqueles que foram postos à margem da sociedade. Diante deste fato, “A mudança de perspectiva problematiza o conhecimento estabelecido da História, favorecendo o aparecimento de histórias alternativas e de reflexões sobre questões até então aceites sem vacilar ” (MARINHO, 1999, p. 43). Com a inserção de marginais ou mulheres como narradores do subgênero em questão, verificamos a História sob uma perspectiva diferenciada da oficial. Sem dúvidas, são quebrados os paradigmas estabelecidos referentes ao passado histórico, com isso, alguns personagens que vivenciam os acontecimentos do romance, são criados pelo autor em um universo autêntico.

É evidente que em muitos desses romances, os heróis são personagens completamente inventadas que se movimentam em um fundo histórico autêntico, podendo os acontecimentos reais ter uma maior ou menor influência no desenrolar da intriga (MARINHO, 1999, p. 49).

Quando nos referimos a uma construção que traz uma autenticidade histórica, como fundo para a narrativa, afirmamos que a narrativa poderá ter influência referente a releitura do

passado durante o desenrolar da trama. A medida que fazemos a reconstrução da História por meio da ficção podemos nos apropriar desta, aproveitando para conhecer fatos e figuras marginalizadas, antes deixadas de lado pelo romance histórico tradicional. Para a relação deste universo ficcional com a realidade, a narrativa deverá apropriar-se de um discurso que possibilite a reflexão acerca de determinados fatos sob a voz dos que a sociedade da época desconsiderava, pois possibilita que desperte no leitor um maior interesse pela História que ele está lendo, Neste sentido,

A voz narrativa é sempre em 3ª pessoa (ao contrário do que acontece em alguns romances históricos modernos), mas a focalização pode variar entre uma onisciência e onnipresença invejáveis e a artificialidade de uma ignorância que se afeta para aumentar o interesse pela história que se lê. (MARINHO, 1999, p. 49).

Como assinalamos neste capítulo do nosso trabalho, o Romance Histórico vai abordar dentro da ficção determinados aspectos questionáveis no contexto da História por meio de um narrador onisciente ou onipresente a partir de atributos que despertam o interesse por parte do leitor. E é dentro desta perspectiva que os autores portugueses atuam, pois conforme Marinho (1999),

Sampaio Bruno diz que vê o surgimento do gênero em questão como uma reconciliação entre passado e presente. E neste sentido vários são os autores que fazem uma reconstrução da concepção histórica onde uns permanecem considerando-a como absoluta e outros constroem a partir dela a defesa de sua posição (MARINHO, 1999, p. 48).

Assim, Seomara da Veiga Ferreira apresenta em sua obra *Leonor Teles ou o canto da Salamandra* (1999), uma narrativa que a coloca em um patamar de destaque dentro da literatura portuguesa. Pois apresenta como personagem principal a figura da Rainha considerada pelo povo português como “aleivosa”, trazendo a tona várias questões que durante a narrativa são descritas pela própria personagem. Pois mesmo que a protagonista da narrativa seja uma rainha, ela recebe um papel de destaque dentro do romance histórico analisado, por ser marginalizada pela historiografia por causa da sua condição de mulher

Para tanto, a autora do romance vai dar relevo ao universo feminino, por isso é de suma importância compreender o ambiente no qual desenvolve-se todo o enredo do Romance Histórico analisado, tendo em vista que a voz feminina assume importância central na obra, e, é através desta voz que os acontecimentos irão se desenvolver. Portanto, segundo Marinho (1999) “A importância do universo feminino é fundamental para podermos compreender na íntegra estes romances de Seomara da Veiga Ferreira [...] é a voz da mulher que assume a

visão dos acontecimentos, imprimindo-lhes uma focalização quase exclusiva ” (MARINHO, 1999, p.225), Assim, a autora utiliza a voz feminina para narrar os acontecimentos, enfatizando a problemática vivenciada naquele período, sob a ótica da própria personagem que teve sua imagem denegrada.

Com isso, o leitor tem a oportunidade de observar a personagem de forma diferenciada pois se insere neste meio um discurso humanizado diante de uma sociedade na qual a mulher era silenciada e projetada a viver um papel de submissão em relação ao homem. Para tanto, a autora da obra analisada, segundo Marinho (1999),

Usando também uma mulher como narradora e focalizando essa conturbada época a partir de uma personagem que a História sempre maltratou, Seomara da Veiga Ferreira, em Leonor Teles ou o canto da salamandra, assume, mais uma vez, o lado proscrito ou marginal, dando voz a quem geralmente é silenciado ou quem o discurso oficial se encarregou de denegrir para que outras figuras pudessem protagonizar heroïcidades ou justificar actuações (MARINHO, 1999, p. 229).

A obra é iniciada em torno de um universo de intrigas e traições, que compunham o contexto daquele período, no qual Leonor Teles mostra-se como uma vítima de toda uma trama política. A personagem traz por meio da sua própria voz o mito com a qual ela é comparada, o mito da salamandra, para tentar criar uma justificativa quanto a forma como foi configurada historicamente. Já que no mito, a salamandra do fogo, é considerada como uma forma estranha, porém dotada de espírito. Dessa forma Leonor Teles é comparada, um ser estranho que na sua condição de mulher transgredia as imposições daquela sociedade.

A autora busca inserir na narrativa uma verossimilhança ao trazer para a obra as tábuas genealógicas e cronológicas e situar dentro destes, a era de César. Ao usar de tal artifício ela imprime mais credibilidade para o ponto de vista colocado por Leonor, pois facilita a aceitação desta figura histórica por parte do leitor, que a coloca como vítima das circunstâncias advindas de um contexto no qual se observa muitas traições. Deste modo, a personagem relata toda sua trajetória, tentando justificar as suas atitudes e decisões.

Ferreira (1999), na verdade, faz uma releitura do passado usando como artifício a consciência da personagem principal, pois Leonor Teles, ao narrar os fatos vividos procura na memória as causas e consequências de determinados acontecimentos. Portanto, “ A consciência de que o passado nunca pode ser inteiramente reproduzido leva que a narradora relativize os fatos e tente ler nas entrelinhas” (MARINHO, 1999, p. 230). Como a própria personagem relata na obra “a verdade nunca é una, mas passível de várias interpretações: Existe sempre, mas sempre, a outra face da verdade” (FERREIRA, 1999, p. 68).

Observamos na construção da obra, que em dados momentos, a personagem faz uma reflexão acerca de alguns nomes que se destacaram historicamente como figuras consagradas, fato que traz a tona a necessidade que as pessoas tem de heróis e mitos. Ela dá relevância, durante sua narrativa, as figuras de Nuno Álvares Pereira e o Mestre de Avis não atribuindo a eles um patamar de heroicidade, pois considera que fora vítima de circunstâncias criadas por estes. Tece maus comentários a respeito de Diogo Lopes, pois este participara da morte de Inês de Castro e “[...] analisa lúcida e desassombradamente a instrumentação de que foi alvo a arráia-miúda no processo que levou ao trono o futuro D. João I ” (MARINHO, 1999, p. 231). Dessa forma, consideramos que a voz da personagem nos leva a refletir sobre as várias interpretações que podemos dar aos fatos históricos por meio do Romance Histórico. Para isso a autora traz em destaque o mito da Salamandra fazendo uma relação com a personagem. Assim, Marinho (1999) diz sobre a autora que:

Assumindo ostensivamente uma nova focalização de Leonor Teles, Seomara da Veiga Ferreira reabilita-a, pondo na sua própria boca a história do mito da salamandra, com o qual ela se identificaria: “ Conheceis o mito da Salamandra do Fogo,ó gênio do Mal para muitos, mas que ressuscita do próprio fogo, que atravessa, soprando um canto de tristeza e morte? É um espírito do Fogo possuído pelo Demônio. São seres da Terra e do Fogo, esses animais, que tem forma estranha,mas dotado de espírito [...] a verdade é que a narradora se justifica, encarnado o papel de fera acossada e modificando a visão que o discurso oficial da História desde a séculos lhe atribuiu” (MARINHO, 1999, p. 231).

Neste sentido, a autora leva o leitor a observar a personagem sob uma nova perspectiva, pois assumindo a narração esta pode reabilitar-se, mesmo enquanto pessoa marginalizada ao longo do tempo, construindo com isso um novo conceito a seu respeito. Ao ser comparada com a salamandra, esta coloca-se como um ser estranho diante do que é imposto socialmente, pois como qualquer pessoa tem seus desejos e sonhos.

3.2 Leonor Teles: personagem versus figura histórica

Verificamos no romance histórico a construção da personagem Leonor Teles em relação com os fatos reais, porém, em sua obra Ferreira (1999) traz uma narrativa de maneira a oportunizar os leitores a observar a personagem histórica não apenas sob a ótica produzida como reflexo da ideologia dominante, mas como uma mulher e, principalmente, uma figura feminina à frente do seu tempo, tendo em vista a luta por seus objetivos, rompendo as barreiras socialmente impostas diante de si.

Logo, o perfil traçado por Ferreira (1999), para a personagem histórica de Leonor Teles apresenta marcas da influência de uma sociedade em que à mulher cabia apenas a autoridade doméstica e submissão ao seu senhor. E, embora apropriando-se, em partes, da construção da figura histórica feita por Lopes, a autora do romance citado cria a personagem envolta de toda uma caracterização que estimula o leitor a uma reflexão acerca do papel exercido socialmente pela mulher.

Na narrativa histórica do romance, há a representação desta mulher que marcou uma época, em conformidade com a crônica de Fernão Lopes (2004), porém sob a ótica da própria aleivosa que se condiciona a um retrato mais humanizado. Tanto é assim que um dos recursos utilizados é a confissão que a protagonista faz ao seu interlocutor, o Frei Juan, a quem ela evoca em muitos momentos, chamando pelo nome, como se fosse para lembrar ao leitor que não está falando sozinha, mas para o frade, em confissão. Com esta construção a autora tem por objetivo envolver o leitor, que passa a observar os fatos que levaram a personagem histórica a utilizar determinados artifícios no jogo que envolvia a política. Tal fato pode ser observado na fala da própria personagem: “meu destino não me permitiu outro caminho! Ser mulher é difícil. Fica-lhe mal o saber, o conhecimento” (FERREIRA, 1999, p. 231). Com isso, percebemos uma narrativa que procura suavizar as atitudes de Leonor Teles pois não era fácil ser uma mulher com sonhos desejos e ambições em meio a uma sociedade machista.

No decorrer da narrativa, verificamos que a personagem vê-se como vítima de uma armação, pois a política não era regida por circunstâncias moralistas, como seus inimigos queriam pregar, mas sim, por meio de várias articulações políticas. Tais articulações foram determinantes na forma como Leonor Teles é vista historicamente, pois Fernão Lopes (2004) enquanto cronista da dinastia de avis se apropria do contexto referente ao papel da mulher em sociedade, para retratar um arquétipo de Leonor como uma mulher intriguista e ambiciosa, conforme podemos perceber na própria narrativa de Seomara da Veiga:

O que dirão um dia de mim igualmente será a outra face, e ainda existirá outra, e outra, se um dia alguém tiver a coragem de a revelar ou, pelo menos não me culpar dos crimes que não cometi e destrinçar, serenamente, o que não foi dito, o que foi escrito, o que os cronistas não dizem porque a liberdade de pensar e escrever não existe para quem escreve às sopas dos ricos, dos poderosos da terra. (FERREIRA, 1999, p. 268).

Nessa perspectiva, a autora destaca, na obra analisada, os artifícios utilizados por esta mulher, alcunhada perjorativamente de “aleivosa”, para persuadir todos que se encontram envolvidos no jogo político, tratando dessa trajetória vivida por Leonor Teles na íntegra, por

meio de suas confidências ao Frei Juan, nos últimos dias de vida dela. Ferreira (1999) faz isso, com o objetivo de projetar uma nova versão dos fatos históricos, tendo em vista que a obra traz em si fortes influências da contemporaneidade que nos leva a construir novos pontos de vista sobre a historiografia. Temos assim, uma caracterização da personagem que buscou ser um agente transformador de uma realidade que lhe foi imposta pelas convenções sociais de uma época.

No momento em que D. Fernando “viu Dona Leonor em sua casa [...] esguardou suas fremosas feições e graça, em tanto que, leixada toda benquerença e contentamento que de outra mulher poderia haver ” (LOPES, 2000, p. 59), tal fato justifica a construção da personagem no romance, que é posta como além do seu tempo, compreendendo que seria por meio do Rei que iria beneficiar-se, conforme podemos observar no fragmento abaixo:

[...] era o Rei e me amava, tivera o cuidado de erguer a minha alma [...] aos esplendores do grande jogo da política, da ambição, do sonho. E eu deixei-me arrastar porque o que estava em equação não era apenas o lugar de uma mulher ao lado do homem amado – se é que o amei na altura –, mas a concretização de um destino (FERREIRA, 1999, p. 45).

Nesse sentido, constatamos que a autora nos remete a uma Leonor que apresenta um caráter visionário ao compreender que no rei encontraria a oportunidade de mudar sua realidade enquanto mulher, portanto estar ao lado daquele homem implicaria estar frente ao poder político português. Considerando, também, que através dele teria a oportunidade de livrar-se de um casamento arranjado, estar com um homem bonito e corajoso com o qual alcançaria uma posição social que considerava ser seu destino. Fato este que despertara nela a possibilidade de liderar o povo português, pois como podemos observar D. Fernando “Era amado pelas mulheres, galante [...] patenteava um indispensável prazer no contato com as mulheres” (FERREIRA, 1999, p. 28). Deste modo, seria fácil conquistá-lo tendo em vista que ela era uma mulher de feições que chamava a atenção: “Vi a surpresa, o agrado e um certo divertimento nos olhos dele.[...] a simpatia dele lisonjeava-me. E nem sequer compreendi que acabara ali [...] uma etapa de minha vida e o meu destino decidira mudar de rumo” (FERREIRA, 1999, p. 43). Conforme o discurso histórico nos aponta, logo que conheceu Leonor, D. Fernando tratou de desfazer o casamento de sua amada com João Lourenço da Cunha, com o qual teve um filho chamado Álvaro da Cunha para que eles pudessem se amar livremente. Com isso, iniciava-se uma nova etapa da vida de Leonor.

A personagem apresenta um poder perceptivo e intuitivo relevantes na sua descoberta de novos horizontes para auto beneficiar-se, e como a figura do Rei seria para ela a

oportunidade a qual tanto almejava, Leonor, mesmo sujeitando-se as exigências daquele período, vê diante de si a oportunidade de concretizar seu destino devido ao fato de ela ser considerada ambiciosa e sedutora e por o Rei estar perdido de amores por ela, ser um belo homem, rico e principalmente poderoso. Outro fator que agradava-a era que o Rei exercia total influência política. Portanto, de acordo com o que observamos na obra de Ferreira (1999), Leonor compreende que através do amor que despertara no Rei, por meio do seu poder de sedução, poderia atingir o objetivo a que tanto almejava a realização daquilo para o qual se sentia pré-destinada, o trono português.

Com a progressão da narrativa, vemos que a personagem envolve o Rei D. Fernando manipulando-o para atingir seus objetivos, então lançaria mão do golpe final, ou seja, seria de qualquer forma Rainha de Portugal: “Só comecei a pensar numa ligação quando ele me recusou, [...] regressar a Pombeiro. Pensei então seriamente na possibilidade de vir a ser Rainha porque nada é impossível” (FERREIRA, 1999, p. 46). A personalidade de Leonor, pelo visto, não acusava traços de submissão, justamente por ter uma mente articuladora. Dessa forma, seria capaz de qualquer coisa para pôr-se frente ao exercício político português. E, como vemos, na História e no romance, o rei amava-a. Leonor, por sua vez, vivia um casamento infeliz e sem amor, com efeito o rei lhe atraía, sua presença “afastava-me daquele marido inútil, poltrão, covarde, que eu nunca amara” (FERREIRA, 1999, p. 48). Seria conveniente para si que aquele envolvimento se fizesse por meio do matrimônio, dado que não seria difícil para o rei desfazer sua união com João Lourenço, seu primeiro cônjuge.

A estrategista Leonor Teles, ciente de fazer parte de uma cultura que condenaria seu relacionamento com o Rei, não descarta a possibilidade de ser tachada como barregã, por ela ser casada e mãe de família. Então já articula uma manobra para desfazer seu casamento, pois segundo o que verificamos na obra de Ferreira (1999) não é a primeira vez que um Rei casa com uma mulher que tinha marido e cujo casamento foi dissolvido pelo Papa:

Portanto esta influenciara o Rei para solicitar a anulação de seu matrimônio, e tendo em vista que [...] o privilégio de avaliar o casamento pertence aos clérigos. Eis aí nessa região e nesse meio século, o fundo da doutrina que os monges, moderadamente, são encarregados de anunciar. (DUBY, 2011, p. 66).

Por conseguinte, a partir de seu contato com o Rei, esta se envolveu nesse fantástico jogo de manobras que a política oferece. Leonor Teles percebeu que poderia por meio de seu poder de sedução, desconstruir uma ideologia dominante utilizada apenas como um mecanismo de controle, para estabelecer, então, que a mulher também seria capaz de articular manobras políticas para obter a posse de uma autonomia de expressão pública. Fato que

podemos verificar na obra de Ferreira (1999) na fala da personagem “Quem recusaria aquele homem jovem e belo e a Coroa que ele representava? [...] a política oferecia-me um campo de manobra apaixonante” (FERREIRA, 1999, p.49). Percebemos a relação que a ficção faz com a realidade ao observarmos o que Fernão Lopes (2004) nos traz;

[...] o amor do Rei por mim facilitou a ascensão e o acumular de benesses na minha família, mas logo que me sentei no trono ao lado do Rei de Portugal, depois de sanadas as primeiras convulsões e oposições, procurei dar proteção e agasalho a muitas outra pessoas e respectivas famílias. (LOPES, 2004, p. 44).

Entretanto ao se deparar com este universo de possibilidades que o campo da política oferece, ela articula meticulosamente um jogo para alçar seu objetivo, que era colocar-se frente ao poder político português. Verificamos que as estratégias traçadas pela aleivosa nos remetem a reprodução de um universo cuja mulher não teria força de fazer-se ouvir, porém Leonor contrariou o que se pensava.

O casamento de Leonor com o rei gerou grande repercussão no reino, porque para o povo não era conveniente que D. Fernando a recebesse como rainha, devido a fama de aleivosa e barregã que sua atual esposa tinha. Tamanha foi a rejeição que ocuparam-se em promover manifestações que a autora retrata considerando os fatos históricos. Sobre isto, Lopes relata que: “Os povos do reino, razoando em tais novas, cada um em seus lugares, juntavam-se em magotes, como é usança, culpando muito os privados de el-rei e os grandes da terra, que lho consentiam” (LOPES, 2004, p. 61) Da mesma forma verificamos essa não aceitação da aleivosa em Ferreira no trecho que segue em que arráia-miúda “proferia ameaças contra a barregã, a comborça de Pombeiro, a bruxa, a traidora adúltera! [...] El-rei há de ouvir as razões do povo que lhe quer dizer que este casamento não é bom” (FERREIRA, 1999, p. 54).

Porém, na obra, Leonor percebe que para seus inimigos seria conveniente que o povo se revoltasse, como verificamos em Lopes (2004), “soube-o el rei em seus paços [...] que geralmente diziam, contradizer aquele casamento” (LOPES, 2004, p.62). Com isso manipula o Rei aconselhando-o que: “É deixá-los pensar que dominam a situação” (FERREIRA, 1999, p. 55). Por consequência consegue acalmar o reino enquanto seus planos se concretizam, pois acredita que poderia manipular o povo português, porque considera que o povo mais pobre não seria capaz de ter opinião própria a respeito de assuntos de tal porte quanto ao tocante à política. Portanto a personagem desconsidera a “arraia miúda”, pois para ela seriam totalmente manipuláveis.

Neste sentido, temos na obra, “vou-vos dizer porquê: a arraia miúda só pensa se lhes ditam os temas, os meios, os métodos, aquilo que querem que ela pense ou faça. A nobreza vende-se sempre” (FERREIRA, 1999, p. 48). Após a anulação de seu casamento com o João Lourenço, conseqüentemente, torna-se a esposa do rei de Portugal. Ao povo português caberia apenas aquilo que lhes fosse imposto. Como Leonor conhecia a sociedade onde ia reinar, tinha consciência que a “arraia-miúda” acataria a sua posição enquanto rainha, porque eram uma massa sem poderio e a nobreza se renderia por meio das regalias que lhes concederia a então Rainha de Portugal.

Comparando com o discurso historiográfico, nas Crônicas de Fernão Lopes (2004) com o texto literário em questão, constatamos uma forte relação com o episódio da fuga do rei e da atual rainha por medo da “arraia miúda”. Em ambas as formas de discurso, Leonor Teles se mostra uma mulher que sabe manipular o Rei, pois o influencia para que se vingue daqueles que eram contra a união dos dois. O rei, por influência de sua mulher, pôs em prática tal vingança, ao decepar a cabeça dos líderes dos manifestos. Segundo as palavras do cronista:

Dona Leonor, a que deste feito mui pesava, receando-se que, per azo de tais ajuntamentos e falas, podia ser que a leixaria el-rei, dizem que mandava saber, per enculcas, quais eram os que em isto mais falavam contra ela, razoando mal de tal casamento, e havia com el rei que os mandasse prender e fazer em eles justiça. (LOPES, 2004, p. 63).

Na narrativa histórica, não podemos negar a influência que as crônicas de Fernão Lopes (2004) exerceram na metaficção historiográfica de Ferreira (1999), a autora nos remete a um universo, no qual Leonor mostra seu interesse no âmbito político, e como podemos verificar, ela mostra a necessidade de construir alianças para atuar neste campo:

[...] eu era apenas uma jovem fidalga que ascendera a inigualável posição de Rainha quando tantas outras o teriam desejado [...] criei a minha corte de affectos, de apoiantes e amigos. Distribui favores, terras, vilas, alcaidorias. Estendi meus dons de caridade a muita gente. (FERREIRA, 1999, p. 71).

Pensando a partir deste fragmento, Leonor Procurou por meio da disposição de benefícios construir o grupo de seus aliados para firmar-se enquanto rainha através de benefícios concedidos, agindo desta forma, teria o aporte necessário quando lhe fosse propício. Com sutileza conquistou seus objetivos através de manobras que a favoreceram concedendo a todos benesses, conforme aponta Lopes (2004).

[...] houve grande e vivo entendimento de afortelizar seu estado, trazendo a seu amor e benquerença assi as grandes pessoas como as pequenas, mostrando a todos leda conversaçom, com grada prestança e muitas benfeitorias. E porquanto ela era certa que [...] alguns grandes duvidava muito, trabalhou-se de haver da sua parte tôdolos mores do reino, per casamentos e grandes officios e fortelezas de lugares que lhes fez dar ”. (LOPES, 2004, p. 66).

Nesse sentido, verificamos que, por estar inserida em uma sociedade impregnada de uma ideologia que condicionava a mulher a um papel secundário, Leonor, enquanto uma mulher visionária, trata de buscar estratégias para manipular a todos para a concretização de seus planos ao promover aos seus as benesses que ocupar o trono português poderia conceder.

Então, ao nos reportarmos a personagem romanesca da obra em análise, percebemos que esta encontra-se a par desse universo político que se estrutura em conveniências particulares entre a nobreza e o clero, que se ocupam apenas das benesses das quais podem valer-se um do outro. Na obra observamos que a personagem passa a sentir-se mais segura com os apoios que construiu, em consonância com o que traz Ferreira (1999), “Fiz o bem como todos Reis e Rainhas, para ter apoios seguros e porque sou assim mesmo caridosa e perdulária por natureza” (FERREIRA, 1999, p.71).

Em diversos trechos das crônicas de Lopes (2004) vemos o quão manipulável tornara-se o rei nas mãos de Leonor Teles, tendo em vista esta ser uma mulher fria e calculista, que aproveitou, segundo Lopes (2004), da fraqueza do Rei, que deixara-se ser levado pelos desejos de sua amada. Segundo o cronista: “A rainha Dona Leonor [...] e que toda a sua vontade queria cumprida, vendo a maneira que ela tivera com el rei, em poer nele o regimento do regno” (LOPES, 2000, p. 123). Porém Ferreira (1999), sobre esta perspectiva traz uma abordagem diferenciada, como podemos observar na fala da personagem: “Não penseis que El rei D. Fernando, apesar de ceder frequentemente a seus sentimentos, era um fraco [...] como o fazem crer hoje [...] Mas a política é também feita de mentiras necessárias e de alguns pecados capitais” (FERREIRA, 1999, p. 124). A personagem expõe um D. Fernando não como uma pessoa fraca como quis demonstrar Fernão Lopes (2004) em suas crônicas. Essa versão do cronista, explica-se porque historicamente foi necessário que se projetasse o rei com tais características, pois em meio a política existe toda uma articulação que pode beneficiar aquele que sabe conduzir este jogo de manobras, portanto era conveniente para a Dinastia de Avis que o rei fosse visto de tal forma.

Na obra de Ferreira (1999), vemos que na política Leonor fez valer tudo aquilo que pode para colocar-se frente ao reinado português. A Rainha de Portugal, sente que sua gestação, após um mês de seu casamento, conferia-lhe um poder inigualável, era como se

esta tivesse renascido, pois em seu ventre estaria aquele que daria seguimento a dinastia de D. Fernando. Com isso a autora transfigura os sentimentos internos de Leonor Teles, que vê concretizar seus sonhos: “Agora eu úbere, Rainha e mãe do herdeiro, sentia-me a garante do trono e do poder, do futuro meu e do País”. (FERREIRA, 1999, p. 61). Assim mais que um relacionamento entre duas pessoas que se amavam existia interesses políticos que levavam a relação entre Leonor e o Rei ao meio político. Ser mãe do herdeiro significa obter o poder político com o reinado sob sua custódia. Todavia, o herdeiro no qual Leonor depositou todas suas expectativas veio a falecer, impossibilitando a concretização do sonho que a personagem que Ferreira (1999) projetou tanto almejava. A alternativa que lhe restou foi apenas ficar na espreita de outros meios de pôr-se frente ao poder político português.

Após a morte de seu primogênito a personagem Leonor Teles vê-se envolvida numa problemática política que a fez desconfiar de todos que a rodeavam. Tal fato pode ser observado quando ela trata da desconfiança da personagem principal, ao falar sobre os dissabores com sua irmã Maria. Concernente a esta afirmativa, ilustremos com o seguinte fragmento: “Minha irmã Maria era muito bonita também, muito esperta e ambiciosa. Não a acuso porque sem ambição nada vale na vida. Ela que era mais velha experiente vira a hipótese de ser cunhada do Rei de Portugal” (FERREIRA, 1999, p. 48). Neste fragmento, vemos que a autora tenta suavizar o posicionamento de Leonor quanto a atitude da irmã. A personagem Leonor ainda insiste com suas desconfianças, principalmente, quando descobre que sua irmã casara-se com o irmão do rei em segredo, dado que considerava-a ambiciosa, assim como ela própria: “Não me enganei[...] minha irmã Maria, sem autorização prévia casara-se em segredo com o Infante D. João de Castro.[...] Só o facto de ser secreto trazia o ferrete de suspeita quanto às intenções de ambos” (FERREIRA, 1999, p. 75). Não é difícil entender que por encontrar-se tão envolvida politicamente a personagem passa a desconfiar até de sua própria irmã porém a autora constrói na personagem um tom de compreensão, humanizando-a, “Minha irmã Maria era muito bonita também, muito esperta e ambiciosa. Não a acuso porque sem ambição nada vale na vida. Ela que era mais velha experiente vira a hipótese de ser cunhada do Rei de Portugal” (LOPES, 2004, p. 48).

Como verificamos, Ferreira (1999) nos mostra que por estar tão envolvida com o campo político, a personagem passa a articular estratégias com as quais passa por cima de toda e qualquer pessoa, porém a autora apresenta estes fatos a partir de uma perspectiva mais humanizada, como podemos perceber na fala da personagem no trecho a seguir: “Sempre tive um profundo apego a família, aos amigos, aqueles que, de coração aberto, me serviram. É evidente que para um soberano existem outros deveres e a política às vezes exige o sacrifício

dos que amamos” (FERREIRA, 1999, p. 81). A autora procura justificar a atitude de Leonor, devido a posição que a mesma ocupa exigir determinadas atitudes, que por vezes devem ser drásticas. A sua ambição tomava uma proporção tão grande que a personagem torna-se capaz de tudo que esteja a seu alcance, por meio de estratégias que a levariam a atuar politicamente no seu país mesmo que se arrependesse posteriormente de suas decisões, como podemos observar: “Para mim foi o horror, o remorso, porque participei do crime, indiretamente, mas participei [...]”. (FERREIRA, 1999, p. 94).

Observamos nitidamente uma Leonor envolta em aspectos que a humanizam quando a autora traz na narrativa todo sentimento de arrependimento da personagem. Ao afirmar na narrativa este sentimento de culpa, a personagem traz a tona a morte de sua irmã, que considera vítima de sua própria ambição, como verificamos em Ferreira (1999),

[...] algo alertou a minha ansiedade e me disse que na minha própria família despertara uma ambição mais forte que a dos meus inimigos. De repente eu via de novo as Portas do inferno abertas. Não me enganei[...] minha irmã Maria, sem autorização prévia casara-se em segredo com o Infante D. João de Castro.[...]Só o facto de ser secreto trazia o ferrete de suspeita quanto às intenções de ambos. Pobre Maria! Não merecia a sorte que teve, mas construiu-a com as suas próprias mãos”. (FERREIRA, 1999, p.75)

A personagem Leonor Teles, de Ferreira (1999), articula politicamente para envolver aqueles que considera seus inimigos numa rede de intrigas manipulando a todos por meio de seu poder de sedução, como é possível constatar na obra de Seomara da Veiga Ferreira: “Sempre fui um animal felino [...] gosto da urdidura, de envolver o inimigo numa teia, depois de o ter nas mãos, até posso ser benevolente, de brincar de o enganar [...] Foi o que fiz com meu cunhado” (FERREIRA, 1999, p. 100). Isso porque, Leonor Teles enquanto articuladora, envolvia a todos aqueles a quem era de seu interesse por meio de suas manobras políticas, visionando seus interesses tendo em vista que “A política é assim, sempre fria, calculista e despótica ” (FERREIRA, 1999, p. 155). Essas manobras se tornavam mais intensas quando a mulher está frente a esse jogo de poder em virtude de que o campo político era privilégio apenas do sexo masculino.

Na verdade, Ferreira (1999) faz uma abordagem em que sobressai que a aleivosa também envolvera-se com El rei por razões políticas, tal como havia destacado Fernão Lopes, como observamos no trecho da obra que destaca: “para lá do amor, porque ele existiu de verdade, na minha união com Fernando houve também, , como sempre, uma profunda razão de ordem política ” (FERREIRA, 1999, p. 61). Portanto, a mulher que na época é

subestimada ocupa, através da personagem da obra, um posicionamento diferenciado pois mesmo sob custódia do homem, esta passa a ter um olhar sobre as atividades que eram referenciadas apenas a figura masculina. Neste sentido,

[...] nesse postulado, obstinadamente proclamado, de que a mulher é um ser fraco que deve necessariamente ser subjugado porque é naturalmente perversa, que ela está destinada a servir o homem no casamento e que o homem tem o poder legítimo de servir-se dela. Em segundo lugar, vem a ideia correlata, de que o casamento forma o embasamento da ordem social, e que essa ordem se funda sobre uma relação de desigualdade. (DUBY, 2011, p. 34).

Temos, neste romance, a construção de uma personagem feminina fora dos padrões estabelecidos pelo século XIV. Vista como visionária e perversa por ser capaz de envolver-se num articulado jogo, desconstruindo o postulado que considera a mulher enquanto um ser fraco com base em preceitos masculinos que a transfigura para um grupo diferenciado projetando uma relação de desigualdade entre sexos, principalmente com relação as suas influencias na política. Portanto, essa mulher enigmática e ambiciosa caracteriza-se por articular estratégias bem programadas, principalmente, no que se refere as articulações políticas da época.

Ainda na narrativa histórica, Leonor ao perceber o comprometido estado de saúde do Rei, soube que teria a chance de estar no domínio de toda a política portuguesa, continuou a manipular, tratando agora de selar com o Rei Castelhana, um acordo que conferia-lhe, com a morte de D. Fernando, a posição de regente nos territórios portugueses. E, conseqüentemente, tornou-se regente de Portugal.

Conforme Lopes (2004), a rainha mostrava ter um carinho especial pelo conde de Andeiros, fato que despertara em seus inimigos a possibilidade de denegrir ainda mais a imagem da rainha diante da sociedade portuguesa. Neste sentido,

[...] a rainha mostrava desordenada afeição e benquerença ao conde João Fernandes, e o grande acrescentamento que lhe procurava per qualquer guisa que podia, bem certificou em seu pensamento ser verdade o que as gentes presumiam, posto que da pública voz e fama que a rainha havia com o conde [...]. (LOPES, 2004, p. 97).

A partir de tal fato, os inimigos de Leonor Teles apropriaram-se de condições moralista para forjar um plano totalmente artiloso e inescrupuloso para desmoralizar a rainha, configurando a figura de Leonor na história como uma mulher de comportamento duvidoso. Sobre este acontecimento Seomara da Veiga procura mostrar uma versão na qual a rainha apresenta desconhecer os murmúrios sobre seu romance com o conde de Andeiros:

“logo alguém começou a segredar que a Rainha era adúltera com o galego. Só soube mais tarde” (LOPES, 2004, p.114).

Portanto, conforme toda a História descrita desta mulher, sua imagem é vista como a de uma pessoa sem caráter que seria capaz de qualquer coisa para garantir para si a posição de comando diante da política portuguesa. Porém justifica-se a contraposição que Seomara da Veiga Ferreira traz em sua personagem pelo fato que :“ a natural inconstância e mobilidade do comportamento feminino, alimentada pelos ritmos repetitivos de uma vida retirada e conduzida sob o signo da moderação, parece encontrar nos momentos de ócio a ocasião propícia para libertar um fluxo de pensamentos e de desejos, frequentemente turvos e ilícitos” (PERROT, DUBY,1990, p.131). Assim, Ferreira (1999) vem e nos apresenta, na figura de Leonor, como uma mulher ambiciosa, contudo, segundo nossa interpretação, sua imagem foi denegrida pelos seus oponentes nesse percurso histórico de Portugal, já que, como afirmamos anteriormente, seria conveniente a Dinastia de Avis que sua imagem fosse deturpada.

Efetivamente, em *Leonor Teles ou o canto da salamandra*, Ferreira (1999) transmite-nos um perfil totalmente humanizado desta mulher. A personagem expressa todo o conjunto de emoções vividas diante de suas vitórias e derrotas nesse emaranhado de agitações intensas que é a política, em meio a uma cultura que não admitia que o papel exercido pela mulher fosse o de estar à frente do poder político, principalmente em se tratando de Leonor Teles, a “barregã”, “aleiosa”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a produção do presente trabalho observamos a importância do romance histórico contemporâneo na construção de novas perspectivas referentes ao discurso oficial da História, pois a partir desta relação entre ficção e realidade que o gênero nos proporciona, somos levados a uma reflexão acerca da “veracidade” dos fatos descritos historicamente. Contribuindo, assim, na observação diferenciada sobre aqueles que foram postos à margem da sociedade devido as vozes sociais contidas no discurso que a narrativa traz.

Dentre estas vozes marginalizadas tivemos a oportunidade de adentrar no universo feminino do medievo a partir da obra analisada. É oportuno o esclarecimento que realizamos acerca do papel exercido pela mulher em sociedade considerando que nas obras de Seomara da Veiga Ferreira o discurso contido na narrativa sempre se dá a partir da voz feminina. Tal fato nos levou a observar uma relação entre realidade e história sob um novo viés, pois, a autora imprime uma focalização exclusiva dos fatos vividos por Leonor Teles a partir da visão da própria personagem, trazendo assim, uma abertura a reflexão sobre a História.

Portanto, de acordo com a análise realizada sobre a personagem histórica Leonor Teles da obra: *Leonor Teles ou o canto da salamandra (1999)*, de autoria da escritora portuguesa Seomara da Veiga Ferreira, concluímos que a autora direciona os fatos históricos a um novo foco, inserindo na obra um discurso que procura justificar as atitudes d’aquela que Fernão Lopes projetou na História como “aleivosa. Na verdade Seomara ao trazer a narrativa busca uma nova perspectiva para a representação dessa mulher que marcou uma época; pois é a partir da narração da própria personagem que a autora tenta explicar os motivos que levaram Leonor Teles a ter determinadas atitudes. Dessa forma o leitor passa a refletir acerca do contexto no qual essa figura histórica estava inserida e todos os acontecimentos que a projetaram tal como é conhecida pela História.

Como vimos, o romance histórico deve estabelecer dentro da narrativa uma consciência histórica aproximando, o mais fidedignamente possível, a ficção da realidade, pois esta é a essência do romance histórico. Portanto ao assumir esta postura a autora da obra analisada traz uma leveza a personagem, porque esta passa a ser reconhecida de maneira mais humanizada, uma vez que considerado o contexto da época e que era atribuído a figura feminina um papel marginalizado. Seomara da Veiga Ferreira, se apropria desse universo feminino; em que a mulher deveria assumir um papel de submissão; para trazer a tona uma reflexão acerca dos acontecimentos que envolveram a trajetória vivida por Leonor Teles.

Com isso temos na obra analisada um perfil de Leonor totalmente humanizado em que esta, expressa todo o conjunto de emoções vividas durante sua trajetória política, em meio a uma cultura machista. Pois não admitia uma mulher estar à frente do poder político português, principalmente em se tratando de Leonor Teles, a “aleivosa” e “barregã”.

REFERÊNCIAS

DUBY, Georges. *Idade Média: Idade dos Homens: do amor e outros ensaios*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ESTEVES, Antônio R.. *O romance histórico brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

FERREIRA, Maria Ema Tarracha. *Seleção, introdução e notas*. In.: *Crônicas de Fernão Lopes*. 4. ed. Portugal: Biblioteca Ulisseia de autores portugueses, 2000.

FERREIRA, Seomara da Veiga. *Leonor Teles ou o Canto da Salamandra*. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. 2. ed. Editora: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Departamento Editorial da INCM, 2004.

_____. *Crônicas de Fernão Lopes*, 4. ed. Lisboa: Biblioteca Ulisséia de autores portugueses, 2000.

LUKÁS, Georg. *Romance Histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Bointempo, 2011.

MARINHO, Maria de Fátima. *O Romance Histórico em Portugal*. 1 ed. Porto: Campo das Letras, 1999.

MEDEIROS, Aldinida. Leonor Teles: da história para o romance. *Revista Graphos*, vol. 17, n° 2, 2015 | UFPB/PPGL | ISSN 1516-1536 1. (p. 42)

PERROT, Michelle; DUBY, Georges. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2. Roma-Bari. 1990. Edições Afrontamentos.